

ÍNDICE

Nota de abertura	9
INTRODUÇÃO	13
1. O PRESIDENTE E A DIREÇÃO DA FPF – ELEIÇÃO, COMPETÊNCIAS, ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	27
1.1. Os estatutos da União Portuguesa de Football (1914)	28
1.2. Os estatutos da Federação Portuguesa de Football Association e o Regulamento Interno e Geral (1928)	29
1.3. A revisão dos estatutos da Federação Portuguesa de Football Association (1933)	34
1.4. Os estatutos da Federação Portuguesa de Futebol (1938)	37
1.5. A revisão estatutária de 1944	42
1.6. Os estatutos de 1951	43
1.7. Os estatutos de 1960	46
1.8. A revisão estatutária de 1966	48
1.9. A reforma da Federação Portuguesa de Futebol em Democracia – os estatutos de 1982	49
1.10. As revisões estatutárias de 1985 e 1989	57
1.11. Os estatutos da Federação Portuguesa de Futebol de 1992	58
1.12. A alteração total dos estatutos em 1995 e a autonomização do presidente da FPF	61
1.13. Os estatutos de 1998 e a assunção pela Liga da gestão do futebol profissional	65
1.14. Os estatutos atuais da Federação Portuguesa de Futebol (2011-)	70
2. CONTRIBUTOS PARA UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS PRESIDENTES DA FPF	89
2.1. Número de mandatos e tempo de exercício	89
2.2. Forma de aquisição e de término do mandato	92
2.3. Naturalidade	95
2.4. Idade à data da posse	96
2.5. Formação académica e profissão	97
2.6. Outros cargos desportivos, políticos e cívicos	98
3. QUADRO GLOBAL	106
4. BIOGRAFIAS	111
António Joaquim de Sá Oliveira (1914-1922)	113
Luís Peixoto Guimarães (1922-1925)	137
António Félix Pita Júnior (1925)	150

Franklin Pinheiro Nunes (1925-1927)	159
João Luís de Moura (1927-1928)	174
Luís Plácido de Sousa (1929)	199
José Salazar Carreira (1930-1931)	216
Abílio Lagoas (1931-1932)	236
Raul Aníbal Rodrigues Vieira (1932-1934)	257
José da Cruz Filipe (1934-1943)	282
Fernando Andrade Pires de Lima (1943-1944)	318
Bento Serafim Coelho da Rocha (1944-1946)	328
André Francisco Navarro (1946-1951)	343
Almiro Maia de Loureiro (1951-1954)	365
Ângelo Ferrari (1954-1957)	388
Almiro Maia de Loureiro (1957-1959)	408
Paulo Sarmiento Cardoso de Carvalho (1960)	425
Francisco Madeira Mega (1960-1963)	436
Justino Pinheiro Machado (1963-1967)	467
Francisco Cabral de Moncada do Casal-Ribeiro de Carvalho (1967-1969)	482
José de Matos Correia (1970-1972)	517
António Jacinto Martins Canaverde (1972-1974)	544
Jorge Humberto Barreto de Matos Fagundes (1974-1976)	565
António Marques (1976-1979)	589
João António Morais da Silva Leitão (1979-1980)	611
Romão Martins (1981-1983)	635
Antero da Silva Resende (1983-1989)	655
João Rodrigues Martins (1989-1992)	685
Luís Carlos Lopes da Silva (1992-1993)	703
Vítor Manuel Gomes Vasques (1993-1996)	721
Gilberto Parca Madail (1996-2011)	744
Fernando Soares Gomes da Silva (2011-2024)	782
CONCLUSÃO	807
Fontes e bibliografia	812
Índice de quadros	820
Índice analítico	821
Acrónimos	832
Notas sobre os autores e colaboradores	834
Créditos fotográficos	839



NOTA DE ABERTURA

FERNANDO GOMES, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

É com grande honra e, confesso, emoção que escrevo estas linhas numa obra que é mais do que um simples livro: é um testemunho vivo da história centenária da Federação Portuguesa de Futebol e dos homens que, ao longo de mais de um século, se dedicaram à sua liderança.

A obra *Os presidentes da Federação Portuguesa de Futebol (1914-2024)* presta uma contribuição inestimável para a compreensão da evolução do futebol em Portugal e, por extensão, da própria história do nosso País.

Ao longo das páginas que se seguem, somos convidados a percorrer a trajetória de trinta e um presidentes, cujas vidas e compromissos refletem não apenas as transformações do desporto, mas até as mudanças sociais, políticas e económicas em Portugal.

Cada um deles, com origens e percursos profissionais diversos, trouxe à FPF a sua visão e dedicação, contribuindo de forma significativa para a construção de uma instituição que é um pilar do nosso futebol, do nosso desporto e da nossa sociedade.

Através das histórias destes líderes, podemos compreender melhor as reformas que marcaram o nosso desporto, as lutas travadas por uma gestão mais moderna e eficiente, bem como o papel da FPF na promoção do futebol enquanto fenómeno social que une gerações e comunidades.

Quero expressar a minha sincera gratidão a todos os presidentes que, ao longo dos anos, dedicaram parte – maior ou menor – das suas vidas à FPF e à causa do futebol. Estar entre eles é uma honra que nunca esquecerei, tendo, ao longo de treze anos, procurado dar o meu melhor contributo para a continuidade desta história rica e inspiradora.

Este livro é uma obra que fazia falta e que se junta à coleção de publicações da FPF, uma iniciativa que temos promovido não apenas com o intuito de partilhar conhecimento, mas também com o objetivo de celebrar a nossa história.

Agradeço, em particular, ao professor doutor Fernando de Sousa, emérito historiador, que lançou o desafio para a produção desta obra. A sua equipa do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) demonstrou um rigor e uma dedicação exemplares, trazendo à luz uma narrativa que fica gravada para memória futura.

Convido todos a mergulharem nesta leitura, que não só ilumina o passado da FPF, mas também nos inspira a continuar a trabalhar pelo futuro do nosso futebol.

31 de dezembro de 2024

**OS PRESIDENTES
DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE FUTEBOL (1914-2024)**

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

FERNANDO DE SOUSA, DIOGO FERREIRA, MANUEL COUTO

No século XIX, as atividades desportivas afirmaram-se paulatinamente na Europa, sob a influência de intelectuais, pedagogos e políticos, convencidos de que a cultura física contribuía para a «regeneração» dos povos e constituía um instrumento determinante para a educação plena dos jovens que frequentavam escolas e universidades. A ginástica, o atletismo, a esgrima, a luta, o halterofilismo, o boxe, o remo, a vela, a bicicleta, o esqui, a natação e outras modalidades desportivas ganharam popularidade, levando a que, em 1896, por iniciativa do barão de Coubertin, renascessem os Jogos Olímpicos, que tiveram lugar em Atenas, em homenagem às Olimpíadas da Grécia Antiga.

Portugal era então um país onde as questões relacionadas com as atividades físicas se viam relegadas para um plano muito secundário, concorrendo para tal fatores diversos, como a crise financeira, a instabilidade política e a cultura vigente. No entanto, e na sequência do que vinha acontecendo nos países mais desenvolvidos da Europa, as atividades físicas começaram a emergir entre nós, lançando as sementes de muitas estruturas desportivas que viriam a surgir.

De facto, o último quartel do século XIX representou o período de consciencialização da necessidade da difusão da prática de educação física. Nesse desiderato, envolveram-se muitas individualidades, como Adolfo Coelho, professor do Curso Superior de Letras de Lisboa e difusor das práticas educacionais ligadas a esta área na Alemanha; Paulo Lauret, autor da obra de divulgação neste âmbito intitulada *Manual Teórico-Prático* (1881); e Elias Garcia, vereador do pelouro da Instrução na Câmara Municipal de Lisboa em 1875, que se empenhou na introdução da educação física nas escolas primárias sob a sua responsabilidade. Segundo ele, a atividade física apresentava-se como uma forma de revigoramento rácico e de formação de um ideal patriótico.

A fundação do Real Ginásio Clube Português, em 18 de março de 1875, constituiu um marco na divulgação da cultura física e das práticas desportivas no nosso País. A esta instituição se deve o lançamento ou a divulgação de numerosas atividades desportivas, nomeadamente a ginástica e o halterofilismo (1875), bem como a esgrima (1887), a que se seguiram muitas outras. O Ginásio Português apoiou de forma decisiva os primeiros tempos do futebol, criando uma secção própria e tomando a iniciativa de promover encontros da modalidade em Lisboa – por exemplo, entre as equipas do Carcavelos Clube e o Colégio de Vilar (1891) –, sem esquecermos, a partir de 1878, o lançamento de jornais desportivos, como o *Gimnasta*^[1].

Ramalho Ortigão (1836-1915), um dos maiores pensadores do século XIX português, nas páginas inesquecíveis de *As Farpas* (1872-1915), retrata de modo exemplar

[1] *Enciclopédia Verbo*, vol. 13, 1999: 447-449.

a sociedade da época, dedicando particular importância à reforma do sistema educativo, ao qual atribui «um papel social decisivo na regeneração do País», e denunciando o atraso em que este vivia quanto à educação física e ao desporto em geral, procurando sintonizá-lo «com a modernidade»^[2].

Em 1876, a propósito da reorganização do ensino secundário em Portugal, então em discussão, defende lucidamente para o nosso País aquilo que se passava já na Europa: «um sistema perfeito de educação compreende a cultura de todas as faculdades da nossa natureza física, intelectual e moral» e «a adoção da ginástica e das artes mecânicas na instrução pública tem ainda a dupla vantagem de manter a saúde e o vigor físico e de corrigir poderosamente a preguiça, a inação e o abatimento moral»^[3].

Em 1881, o mesmo pensador manifesta «a simpatia mais profunda» pelo Clube Ginástico e lamenta que existissem apenas duas sociedades da modalidade em Portugal, uma em Lisboa e outra no Porto, universo irrisório quando comparado com outros países da Europa^[4]. E, em 1885, exulta com a celebração do primeiro concurso público de ginástica promovido pelo Real Ginásio Clube Português, no hipódromo de Belém, em que participaram cerca de 400 jovens entre os dez e os 15 anos, alunos das escolas municipais, da Casa Pia e de alguns dos principais colégios particulares de Lisboa, naquele que constituiu o «primeiro documento público da influência da educação física no desenvolvimento da musculatura lisbonense»^[5].

Sintetizando, Ramalho Ortigão associava a «decadência da raça» lusitana à inexistência quase absoluta do desporto em Portugal, tornando-se urgente inverter tal situação quanto aos jovens de ambos os sexos – defende calorosamente a ginástica para as jovens –, a fim de a nação passar a dispor de uma juventude robusta e saudável e, assim, travar a «decadência fisiológica da raça»^[6].

É nesta conjuntura de «fim de século», caracterizada pela valorização do desporto, que surge em Portugal o *football*, um jogo inglês, regulamentado em 1863, por ocasião da formação da Football Association (FA)^[7]. Foi introduzido primeiramente na ilha da Madeira, na década de 1870, e em Portugal Continental na seguinte, graças a ingleses aqui residentes e a portugueses que tinham estudado em Inglaterra, considerando-se os irmãos Pinto Basto os pioneiros do futebol nacional. Foram eles que trouxeram de Inglaterra a primeira bola, em 1886; em outubro de 1888, tomaram a iniciativa da primeira exibição pública de futebol, em Cascais; e, depois, em janeiro de 1889, no Campo Pequeno, promoveram a disputa do primeiro jogo entre portugueses e ingleses.

[2] SANTANA, 1997: 485.

[3] ORTIGÃO, 1946: 50, 52.

[4] ORTIGÃO, 1943, VIII: 291-293.

[5] ORTIGÃO, 1943, XI: 275-279.

[6] VAQUINHAS, 1992: 384.

[7] A FA, a federação de futebol de Inglaterra, foi formada em 26 de outubro de 1863. Os capitães, secretários e outros representantes de uma dúzia de clubes londrinos e suburbanos que jogavam as suas próprias versões de futebol reuniram-se «com o propósito de formar uma associação com o objetivo de estabelecer um código definido de regras para a regulamentação do jogo». Consultado em 23 de janeiro de 2024. Disponível em www.thefa.com/about-football-association/what-we-do/history.

Após a fundação do primeiro clube português, o Clube Lisbonense, foram surgindo outros na capital, nomeadamente o Real Ginásio, o Carcavelos, o Braço de Prata, o Estrela, o Campo de Ourique e o Casa Pia. Este último, em 1897, derrotou pela primeira vez a imbatível equipa do Carcavelos Clube, dominada pelos ingleses.

No Porto, no final do século XIX, a presença de uma comunidade britânica forte e bem integrada na sociedade local contribuiu para que o futebol ganhasse o seu espaço entre as atividades desportivas já implantadas, como o ciclismo e a vela. Regressados de Inglaterra, onde estudaram, José Beires Valle e os irmãos Azevedo Campos trouxeram as bolas e as regras simples do jogo. Terá sido então que estes jovens, juntamente com os ingleses Rumsey e Guilherme Andresen e com António Nicolau de Almeida, deram, no Porto, o pontapé de saída para um desporto que se iria tornar cada vez mais popular na cidade e no Norte do País – o futebol. O entusiasmo pelo exercício dessa atividade desportiva levou António Nicolau de Almeida, então com 20 anos, a fundar o Football Club do Porto, em 1893, emblema que abandonaria alguns anos depois, incentivando José Monteiro da Costa a continuar o percurso do clube portista.

Em 2 de março de 1894, inserido nas comemorações oficiais do V Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique e sob o patrocínio de D. Carlos, que ofereceu a Taça do Rei, realizou-se um jogo no Campo Alegre, no Porto, ganho pela equipa de Lisboa. De acordo com a imprensa portuense, D. Carlos, reconhecido entusiasta desta modalidade desportiva, e D. Amélia assistiram à parte final da partida^[8].

Já nos primeiros anos do século XX, apareceram em Lisboa o Clube Internacional de Futebol (1902); o Sport Lisboa e Benfica (1904-1908); o Sporting Clube de Portugal (1906); o União Futebol Clube (1910); e o Carcavelinhos Futebol Clube (1911). A norte, assinala-se o aparecimento do Boavista Futebol Clube (1903) e do Leixões Sport Club (1907).

À medida que o futebol se expandia, que os clubes proliferavam e os jogos se multiplicavam, todos sentiam necessidade de dar a esta nova prática desportiva uma certa organização, no sentido da sua regulamentação, exigindo um organismo que superintendesse as disputas, torneios e campeonatos que se iam efetuando casuisticamente. Tratava-se de uma evolução óbvia, que acompanhava o que ia ocorrendo em outros países, casos da Real Associação de Futebol dos Países Baixos (fundada em 8 de dezembro de 1889)^[9]; em Itália, da Federazione Italiana Giuoco Calcio (26 de março de 1898)^[10]; na Alemanha, da Deutscher Fußball-Bund (28 de janeiro de 1900)^[11]; ou, em Espanha, da Real Federación Española de Fútbol (12 de setembro de 1909),

[8] SOUSA; MONTEIRO; FERREIRA; ROCHA, 2017: 17.

[9] Consultado em 23 de janeiro de 2024. Disponível em <https://www.knvb.nl>.

[10] Consultado em 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.figc.it/en/figc/history/history-of-the-figc>.

[11] Consultado em 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.dfb.de/en/about-dfb>.

só para citar alguns casos no território europeu^[12]. Isto, claro, sem esquecer a fundação da FIFA (21 de maio de 1904).

Em Portugal, houve uma primeira tentativa de o fazer na temporada de 1906-1907, com a fundação, ao estilo das ligas inglesas, da Liga de Football Association, que, em 31 de agosto de 1908, deu lugar à Liga Portuguesa de Futebol, com o objetivo de estender a sua ação a todo o País. Foi substituída em 23 de setembro de 1910 pela Associação de Futebol de Lisboa (AFL), de âmbito distrital, com o compromisso de, com outras associações, constituir a respetiva federação. Com este propósito, em 3 de agosto de 1912, surgiu no Porto a Associação de Futebol do Porto (AFP), fundada por iniciativa do Futebol Clube do Porto e do Leixões Sport Club.

Estavam, assim, estabelecidas as condições mínimas para surgir a União Portuguesa de Football (UPF), criada em 1914, com estatutos aprovados em 31 de março do mesmo ano, sendo esta a data que a Federação Portuguesa de Futebol Association (FPFA), assim designada a partir de 28 de março de 1926, e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF), denominação adotada a partir de 26 de novembro de 1938 e que se mantém até à atualidade, sempre considerou como a do seu nascimento.

A UPF fez, desde logo, o pedido de associação à FIFA, provisoriamente aceite em 26 de agosto de 1914, mas a confirmação oficial da filiação apenas se concretizaria em 28 de maio de 1923.

Carta do secretário da UPF a propósito da filiação de Portugal na FIFA (1914)

Sr. Diretor do *Sport Lisboa*,

No número de 24 do corrente desse semanário, vinha um *suelto* relativo à filiação da Associação de Football de Lisboa na Fédération, a que não podemos deixar de responder, dadas as inexatidões que ele contém.

Em primeiro lugar, nenhuma associação regional pode filiar-se na Fédération, visto esta só admitir federações nacionais, uma por cada país. Daí a nossa associação não se ter nunca filiado.

Como em Portugal só existia a Associação de Lisboa e esta não podia, não devia, nem queria usurpar o título de federação, pois nunca pretendeu dirigir o *football* em todo o País, teve que aguardar-se a fundação da Associação do Porto, visto a de Portalegre jamais responder à nossa correspondência sobre o assunto.

Assim, logo que foi fundada a Associação do Porto, tratou-se de constituir a União Portuguesa de Football, ou seja, a única federação de *Football* do País, isto há três meses. Feito o regulamento, foi ele enviado à Fédération, que o requereu feito em inglês.

Como a sede da Fédération é na Holanda e como o fazer um regulamento e depois de o ter enviado e ter de o traduzir leva os seus dias, sucedeu que só no começo deste mês ficou regularizada a filiação provisória da União na Fédération. E, se assim não fosse, não podia o Third Lanarck vir jogar a Lisboa a convite do Império.

Assim, pois, temos que a Associação de Football de Lisboa não podia nunca ter-se filiado; que a União Portuguesa, logo que se constituiu, tratou de se filiar, e que não é Federation Inglesa mas Internacional, aquela em que a nossa União se filiou.

[12] Em França, uma equipa «nacional» começou a realizar os seus primeiros jogos em 1904, mas só em 1919 (no dia 7 de abril) é que seria constituída a Fédération Française de Football Association (FFFA), sucessora do Comité Français Interfédéral (1907). Consultado em 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.fff.fr/121-notre-histoire.html>.

Se na lista da Fédération Internationale não aparece o nome da nossa União, isso não é para admirar, visto essa lista ser feita anualmente, após o Congresso da Fédération, e esse Congresso só se realiza em julho próximo.

Sou de V., etc.

Raul Nunes.

Fonte: *O Sport Lisboa*, 30.05.1914.

| Artigo de Raul Nunes sobre o XI Congresso da FIFA (1914)

Começou em 24 e termina amanhã, 28 do corrente, o XI Congresso da Federação Internacional de Football.

Para nós, portugueses, o interesse pelos anteriores congressos internacionais desta federação não conseguiu ser despertado, e até a sua realização para muitos foi sempre desconhecida e nunca desenvolvida nos jornais da especialidade. Este ano, porém, já assim não podia suceder. Alguma coisa de maior se ergueu no nosso País que nos obrigou a dar a conhecer, a tratar, a falar enfim nesta importante manifestação anual das forças, desenvolvimento e vitalidade do *football* no mundo inteiro.

É que a esta hora, talvez, quando vós, leitores, vos dispuserdes a ler estas nossas palavras, ingleses, franceses, suecos, alemães, noruegueses, italianos, espanhóis, russos, americanos, chilenos, enfim todos os representantes das maiores e mais importantes nações da Europa, Ásia e América, e até de alguns pontos da África, estarão discutindo e votando a entrada da União Portuguesa de Football no seu grémio, ou seja, na Fédération Internationale de Football Association.

Facto tão importante não podia por certo deixar de ser registado nas colunas deste semanário, o que fazemos com o maior júbilo. Portugal, pela primeira vez, devidamente constituído, vai ser falado nesse Congresso, e dirá também de sua justiça, defendendo a sua pretensão pela boca do representante que a União Portuguesa de Football nomeou.

O Congresso realiza-se na cidade de Christiania, capital da Noruega, e é, como de costume, precedido de várias festas e receções, que se realizam nos dias 24, 25 e 26, sendo os dois últimos dias, 27 e 28, exclusivamente destinados aos trabalhos práticos do Congresso, tais como apresentação de contas, discussão de propostas várias e de assuntos da especialidade, marcação dos desafios internacionais e discussão, votação e eleição de membros da Fédération das federações dos países que se tenham proposto.

Como se vê, é um vasto programa este, que todos os anos se realiza metódica e corretamente e que indica a todo o mundo, de ano para ano, o valor de tão importante Fédération, cujas filiações aumentam consideravelmente.

Fonte: *O Sport Lisboa*, 27.06.1914.

Na década de 1920, como escreveram Nuno Valério e Ana Bela Nunes, já «a prática do futebol estava introduzida em todas as regiões de Portugal», com a realização de competições regulares, os primeiros contactos internacionais e a sua popularização^[13].

Em 18 de dezembro de 1921, disputou-se o primeiro encontro internacional da Seleção Nacional – um Portugal-Espanha, em Madrid, que terminou com a vitória da seleção anfitriã – e, na época de 1921/1922, foi possível concretizar a primeira

[13] VALÉRIO; NUNES, 1999: 75-76.

prova com intuito nacional, o Campeonato de Portugal^[14]. Jogado em sistema de *poule*, com jogos em duas mãos, entre as equipas qualificadas para uma espécie de fase final, teve como primeiro vencedor o Futebol Clube do Porto.

Assim entendida, a UPF chamava a si a tarefa de unir as associações distritais de futebol do País, cabendo-lhe a exclusividade da realização do Campeonato de Portugal, que, «só por si, valeria para demonstrar a necessidade da União»^[15].

Com efeito, o estabelecimento destas competições constituiu a grande «prova de vida» para a afirmação da Federação Portuguesa de Futebol nas suas primeiras décadas de existência. Essa incumbência estatutária para o estabelecimento de campeonatos no espaço nacional, ou seja, interassociações, foi exigindo naturais acertos e evoluções, como bem o demonstram o fim do Campeonato de Portugal e a sua passagem a Campeonato da Liga (ou Campeonato das Ligas), na época de 1934/1935 (ainda com um figurino semelhante), e, depois, na de 1937-1938, ao moderno Campeonato Nacional.

Estes «campeonatos nacionais», bem como a Taça de Portugal, nas suas diferentes versões competitivas, ou o Campeonato Nacional Escolar, tal como os campeonatos nacionais da II e da III Divisão e as competições para escalões jovens, foram cruciais para a afirmação da FPF no panorama associativo nacional, a par do seu papel de mediadora com as instituições internacionais e de organizadora das seleções nacionais.

~

Feito este breve enquadramento, cabe esclarecer que o presente trabalho de investigação não é a história do futebol português, nem da Federação Portuguesa de Futebol, objetos e realidades distintas: aquela, sob o ponto de vista da cronologia histórica; esta, sob a perspetiva da história institucional.

No primeiro caso, a investigação da história do futebol português traduz-se em múltiplas obras, da responsabilidade de numerosos autores, como Fernando Pinto (1956); Henrique Parreirão (1989, 1990); Ana Bela Nunes e Nuno Valério (1996, 2001); Manuel de Sousa (1997); Marina Tavares Dias (2000, 2001); João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro (2002, 2004); Homero Serpa e Vítor Serpa (2004); e José Neves e Nuno Domingos (2011). Ainda recentemente, em 2010, com segunda edição em 2014, Ricardo Serrado e Pedro Serra, com o patrocínio da Federação Portuguesa de Futebol, publicaram a *História do Futebol Português*, em dois volumes, na qual, de forma exaustiva, para além da informação factual, aliás já referenciada por outros autores, abordam uma problemática mais rica e ambiciosa, que tem que ver, sobretudo, com a análise sociológica da sua importância, funções e relações com o poder político. Isto para não falarmos noutros estudos, como *Os 50 Anos da FPF (1914-1964)*, as histórias das associações distritais, como as de Lisboa e do Porto,

[14] A instituição de um «Campeonato de Portugal» estava estatutariamente prevista como um dos objetivos da então União Portuguesa de Football, em 1914.

[15] *Diário de Notícias*, 18.01.1914.

e as abundantes monografias sobre os mais diversos clubes. Assim sendo, muito pouco haverá a acrescentar à investigação já efetuada.

Pelo contrário, quanto à Federação Portuguesa de Futebol (1914-2024), à instituição propriamente dita, suas origens, evolução, estrutura, gestão, finanças e recursos humanos e instalações, praticamente tudo se encontra por fazer, uma vez que quem pretendeu abordar o organismo fê-lo sobretudo no plano da atividade que este desenvolveu ao longo dos tempos, não se preocupando, assim, com a organização que lhe estava subjacente. Esse é outro trabalho a desenvolver, que não este que agora se publica.

Quanto ao projeto de investigação desenvolvido pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, fundado pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian, e hoje instalado no Campus da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, que está na origem da obra que agora se dá à estampa, sob o patrocínio da Federação Portuguesa de Futebol, teve por objetivo traçar as biografias dos presidentes desta instituição, enquanto figuras máximas da sua Direção desde 1914 e que, em 1995, se tornaram um órgão autónomo de pleno direito.

Com esse objetivo, procurámos esclarecer questões tão simples quanto difíceis de responder. Quantos foram e quem foram estes indivíduos? Qual a sua naturalidade, idade, formação e área de atividade profissional? Que outros cargos desportivos e de natureza política e cívica exerceram? Qual a duração do seu mandato? Quais os seus principais objetivos e concretizações à frente da instituição? Perguntas que até hoje estavam por responder, pelo facto de não existir qualquer publicação que registasse sequer, de forma rigorosa, os nomes dos presidentes e o tempo durante o qual exerceram funções – a única exceção é a obra *Fernando Gomes, 10 Anos de Presidência na FPF*, publicada em finais de 2021, que retrata uma década de liderança do atual dirigente do organismo federativo e onde se dedica um capítulo à sua vida, ficando, assim, a conhecer-se de uma forma objetiva o seu perfil biográfico.

Na fase inicial da investigação, através da leitura de alguma bibliografia e das atas da instituição, tivemos conhecimento da lista dos nomes dos presidentes da FPF, desde a sua fundação até aos nossos dias. No entanto, à medida que os nossos trabalhos foram avançando, constatámos que uma ou outra personalidade dessa lista não tinha, de facto, exercido o cargo de presidente e que as datas exatas de início e/ou abandono de funções nem sempre correspondiam à realidade.

Por outro lado, as indicações relativas às eleições/nomeações/tomadas de posse dos presidentes, quer nos livros de atas e de tomada de posse da FPF, quer nos decretos de nomeação, quer ainda na imprensa que se refere às mesmas, quando existem, são nuas e cruas, isto é, registam os nomes e nada mais. Não há uma nota, uma referência quanto à sua naturalidade, idade, profissão, filiação, etc. Apenas a imprensa desportiva, por vezes, nos dá conta do perfil do presidente em funções, normalmente aquando da sua escolha/eleição/tomada de posse, apresentando alguns elementos biográficos do próprio, mas de forma muito sucinta.

Finalmente, as enciclopédias e dicionários, mesmo aqueles que são contemporâneos dos presidentes, raramente os contemplam e, quando tal acontece, só excepcionalmente nos fornecem uma biografia rigorosa, sem omissões ou erros. O mesmo se passa quando os estudos de natureza local os mencionam. Dão-nos mais depressa um episódio ou pormenor anedótico do que uma biografia, ainda que resumida.

A nossa equipa foi, assim, obrigada a consultar uma larga diversidade de fontes e bibliografia, a começar por aquela produzida pela própria Federação Portuguesa de Futebol: livros de atas do Congresso/Assembleia Geral e da Direção, livros de tomadas de posse, relatórios de atividades e contas, etc.

Para os presidentes com formação superior, recorreremos aos arquivos das universidades, especialmente de Coimbra e Lisboa; para os militares, aos respetivos processos no Arquivo Histórico Militar; para os que foram parlamentares, às atas das diversas câmaras do Parlamento. Isto além da consulta de largas dezenas de registos paroquiais para determinar ou confirmar datas e locais de nascimento, casamento, morte e filiação; teses e dissertações académicas; imprensa generalista e desportiva, local e regional; artigos científicos e entradas de dicionários e enciclopédias; e, claro, no caso dos presidentes mais recentes, procedemos a contactos pessoais com os próprios ou com os seus descendentes.

Enquanto instrumentos de consulta muito úteis, não poderíamos deixar de destacar os já referidos livros de atas e relatórios da Federação, assim como a imprensa desportiva – esta última, principalmente para os primeiros anos de existência da instituição, período em que não existem atas para consulta, o que nos obrigou a recorrer a periódicos especializados em desporto da primeira metade do século xx.

Colocou-se também, como não poderia deixar de ser, a questão da identificação das figuras que efetivamente foram presidentes da Direção da Federação Portuguesa de Futebol, já que tal matéria é de difícil consenso, pelo que se estabeleceram critérios que sustentam a nossa opção de inclusão ou exclusão. Assim, optou-se por considerar todos os presidentes que tomaram efetivamente posse do cargo, independentemente da forma de aquisição do mandato (eleição ou nomeação, direta ou indireta) ou da efemeridade deste, uma vez que não nos preocupa a constitucionalidade ou legitimidade da nomeação e o tempo de exercício do cargo, mas sim a efetiva assunção de funções.

Por oposição, não abordámos as personalidades que nunca foram eleitas ou empossadas como presidentes, ainda que tenham servido enquanto tal, tendo em conta que, de uma forma geral, apenas asseguraram o funcionamento da Federação em momentos de transição entre líderes ou quando o presidente efetivo, por motivos de doença ou compromissos profissionais, se retirava, sendo representado por terceiros na sua ausência temporária – mesmo sabendo que algumas destas figuras acabaram por desempenhar um papel mais relevante e mais duradouro do que o presidente *de jure*.

Com o mesmo racional, não considerámos também os indivíduos que, na qualidade de vice-presidentes ou secretários-gerais, na ausência definitiva do presidente, e nos termos estatutários e regulamentares, assumiram interinamente essas funções – por vezes, assinando a documentação oficial usando esse título – por não terem visto essa condição ser oficialmente confirmada *a posteriori*, através da sua eleição ou nomeação

como presidentes efetivos e do conseqüente ato de posse. Recordamos que é dos presidentes, e só deles, que esta obra trata, daí a opção pelas exclusões mencionadas.

Da aplicação destes critérios resultou uma lista final de 31 personalidades, que nos levantaram uma derradeira dificuldade. Se é certo que algumas destas figuras são mais conhecidas e delas poderíamos escrever largas páginas – caso das que exerceram funções desportivas ou sociopolíticas de topo (dirigentes de clubes ou de associações de futebol, dirigentes desportivos em organismos internacionais, governadores civis, parlamentares, membros do Governo) –, de outras pouco ou nada se sabia, seja porque o seu percurso de vida foi menos profícuo em realizações ou acontecimentos de relevo, seja porque a distância cronológica reduziu, quando não eliminou, as fontes que poderiam ajudar a esclarecer ou melhorar a sua biografia, obrigando, por vezes, a longas horas de investigação apenas para se descobrir um nome ou uma simples data, muitas vezes sem sucesso.

Especialmente no que se refere aos presidentes sobre quem continuamos a saber pouco, esperamos, após a publicação desta obra, poder vir a obter os elementos que agora não conseguimos recolher, de forma a colmatar as lacunas que, num estudo desta natureza e dimensão, inevitavelmente se observam.

O presente trabalho, tendo em conta os objetivos referidos, inicia-se com um capítulo sobre a evolução da eleição, organização, competências e regulamentação da Direção da FPF em geral e dos presidentes em particular, baseado sobretudo nos vários estatutos da instituição, enquanto documento estruturante da vida federativa, nos seus múltiplos aspetos.

No segundo capítulo, depois de analisarmos o número de mandatos presidenciais e respetivo tempo de exercício, bem como a forma de aquisição e término dos mesmos, fornecemos alguns contributos de carácter sociográfico, que ajudam a definir o perfil dos presidentes quanto à sua naturalidade, idade à data da posse, formação académica e percurso profissional, desportivo (na ótica do dirigismo), cívico e político – enfim, determinantes dos traços que definem e caracterizam individualmente os presidentes e que, ao mesmo tempo, permitem uma visão aproximada do seu conjunto.

Segue-se o quadro geral dos presidentes, que apresenta de forma esquemática, pela ordem cronológica em que assumiram o cargo, os seus principais elementos identificativos: nome, datas extremas do mandato, naturalidade, formação, profissão principal, idade à data da posse, número e duração dos mandatos e outros cargos desportivos e políticos que exerceram.

Finalmente, como parte fulcral desta publicação, apresentam-se as biografias dos presidentes da Federação Portuguesa de Futebol desde 1914 até à atualidade. Estas encontram-se ordenadas cronologicamente e estruturadas segundo um modelo comum. Começam por ser indicados os elementos de identificação fundamentais – data e local de nascimento e morte, filiação, casamento e descendência, ligações familiares relevantes, profissão e formação académica, outros cargos desportivos, cargos cívicos e políticos e principais condecorações. São depois apresentados os principais traços da vida do biografado, o seu percurso académico, cívico, profissional e

desportivo, e ainda a sua ação à frente da FPF. No final de cada biografia, sempre que possível, transcrevem-se textos da autoria do biografado ou de terceiros, relevantes para a compreensão da sua ação enquanto presidentes ou que ajudam a caracterizar a sua personalidade. Note-se, a este respeito, que as transcrições apresentadas ao longo da obra foram atualizadas quanto à sua ortografia, para facilitar a leitura do público não especializado. As biografias terminam com a indicação das fontes e bibliografia consultadas para a sua elaboração.

No único caso em que um presidente exerceu mandatos intercalados no tempo, apresentam-se duas entradas separadas, na devida ordem cronológica, cada uma dando relevo às atividades desenvolvidas no respetivo mandato.

A rematar este trabalho, uma breve conclusão contempla uma síntese do papel e evolução dos presidentes da FPF ao longo do período em análise, no quadro geral da evolução do País, do futebol e da própria Federação.

~

Resta-nos agradecer a todos aqueles que nos deram achegas e contributos para a realização deste trabalho, nomeadamente aos antigos presidentes João Rodrigues e Gilberto Madail, bem como aos descendentes e familiares de presidentes já falecidos que conosco colaboraram, facultando-nos preciosas informações.

Ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pelas condições de trabalho proporcionadas, e à sua equipa de investigadores e autores que produziu as biografias que aqui se apresentam.

Ao Sr. Hélder Tavares, antigo dirigente do Casa Pia Atlético Clube; ao Sr. Joaquim Grenho, editor gráfico do jornal *O Casapiano*; à Dr.^a Rita Costa, coordenadora do Centro de Documentação e Informação do Sport Lisboa e Benfica; e às Dr.^{as} Cidália Mota, Liliana Matos e Susana Teixeira, pelas informações disponibilizadas.

Aos diretores e técnicos do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (Vila Nova de Gaia), da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca Municipal de Coimbra, por todas as facilidades concedidas na consulta de bibliografia e fontes imprescindíveis para a elaboração deste trabalho.

Ao Arquivo da Universidade de Coimbra, ao Arquivo Histórico Militar e ao Departamento de Comunicação e Museu do Banco de Portugal, pelas relevantes informações disponibilizadas sobre alguns presidentes da FPF.

Ao Gabinete Histórico da Associação de Futebol de Lisboa, na pessoa de Alberto Helder, pela produtiva troca de impressões e pela cedência gratuita de imagens. Pelo mesmo motivo, agradecemos às associações de futebol de Coimbra e do Porto; aos arquivos de *A Bola*, do Casa Pia AC, do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, do Comité Olímpico de Portugal, da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e da Federação Portuguesa de Futebol; aos museus de

Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, do Boavista Futebol Clube e do Vitória Futebol Clube – Josué Monteiro.

Aos descendentes de antigos presidentes pelas preciosas informações biográficas que nos forneceram, particularmente a João Rocha, Paulo Miguel Sarmiento de Carvalho e Maria João Fagundes.

À Associação de Futebol de Coimbra, na pessoa de Luís Vieira, e ao Sport Clube Beira-Mar, na do seu secretário-geral, Jorge Maia Valente, pelos esclarecimentos prestados sobre antigos dirigentes e presidentes da FPF.

À Céu Duarte, à Gabriela Mota Marques e à Sandra Osório, pelos úteis contributos nas pesquisas de informação biográfica.

Ao Grupo Infinito Particular — Cultura Editora, em particular a Miguel Cardoso Pereira, que nos acompanhou ao longo de todo o processo de paginação da obra; a Sérgio Fernandes, pela revisão; e a Neusa Dias, pelo *design* da mesma.

À Dra. Cristina Dias, membro da Divisão de Recursos Humanos e Administração da Federação Portuguesa de Futebol, pela valiosa colaboração prestada, nomeadamente no que concerne ao acesso ao arquivo da instituição e à disponibilização de fontes fundamentais.

Ao Diogo Pinto e André Sanano, do Departamento de Fotografia da Federação Portuguesa de Futebol, pela recolha de fotos do arquivo da instituição.

Ao Dr. António Magalhães, diretor da Divisão de Pessoas e Media da Federação Portuguesa de Futebol, contacto privilegiado e sempre disponível para connosco colaborar no sentido de reunir as condições indispensáveis à prossecução dos nossos trabalhos.

Finalmente, deixamos um agradecimento especial ao atual presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Dr. Fernando Gomes, pelo empenho e patrocínio concedido para que este trabalho se realizasse e fosse publicado, esperando que esta obra possa contribuir para um melhor conhecimento acerca da instituição, cuja memória é devido preservar, assim como a daqueles que a serviram ao longo de mais de um século.